

## FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO (\*)

EDUARDO DIATAY B. DE MENEZES

De saída, eu me sinto meio intruso neste debate e eu já confessei isso antes aos organizadores deste Seminário Latino-Americano de Comunicação. Não sou propriamente o que se costuma chamar um "comunicólogo". Meu ponto de vista é, aliás, de que não existe uma ciência da comunicação e que isso seria o que os matemáticos definem como um conjunto vazio. Existe, porém, o fenômeno *comunicação*, que é multifacetado e que por isso mesmo é examinado por tecnologistas, por matemáticos, lingüistas, biólogos, cientistas políticos, psicólogos, sociólogos etc. É nesta última categoria que eu me incluo com certa hesitação. E como andei escrevendo algumas coisas sobre comunicação deve ter sido a esse título que me convidaram a participar desta ceia. Por outro lado, como a problemática desta mesa-redonda gira em torno de pós-graduação em comunicação, isso amplia mais ainda a margem de intromissão.

Confesso que não tinha uma reflexão mais sistemática sobre o tema específico aqui proposto, de modo que preferirei colocar algumas questões que levem ao debate mais substantivo. E, ao invés de colocar questões sobre pós-graduação em comunicação, talvez o mais fundamental e preliminar fosse questionar a própria validade dos cursos de pós-graduação em geral, os quais estão atrelados a uma recente moda ou mitologia de títulos acadêmicos (atribuidores de prestígio, mas de não comprovada eficácia criativa). Tudo isso se insere dentro de um quadro ou conjunto de medidas burocráticas a que

(\*) Intervenção feita pelo Autor na mesa-redonda subordinada ao título acima, em que se conservou o tom coloquial e um tanto improvisado destas reflexões sumárias. (Seminário Latino-Americano de Comunicação, Universidade de Brasília, agosto de 1975).

se convencionou chamar de *reforma universitária* (*sic!*). O que me faz lembrar uma conferência do mestre Fernando Carneiro pouco tempo antes de sua morte. Nessa conferência — sobre reforma universitária brasileira —, ele afirmava que sua experiência européia lhe permitia sustentar que os ingleses quando faziam reformas desse tipo mudavam as coisas conservando os nomes, os alemães eram mais drásticos mudando as coisas e os nomes, e nós aqui no Brasil mudamos os nomes sem modificar as coisas... Assim, não me parece ter havido realmente uma mudança sensível. Contudo, como não é esse o tema a que me devo prender, renuncio a essa discussão e volto para o problema em foco. Resumirei, pois, minhas considerações, centrando-as em dois pontos fundamentais.

### I. — Definir claramente os objetivos do curso, dentro de uma política geral de pós-graduação

O primeiro ponto que desejo sublinhar decorre do fato de que qualquer discussão em torno da formulação de um curso de pós-graduação, seja em que área for, e mais particularmente em comunicação, deve partir primeiramente de uma definição clara e precisa dos objetivos que serão perseguidos pelo referido curso e isso, obviamente, dentro de uma política geral de pós-graduação. Quando me refiro a uma política geral de pós-graduação, estou pensando na particular situação dos estudos deste nível no Brasil: com efeito, estatisticamente, os estudos pós-graduados entre nós são constituídos sobretudo pelos inúmeros cursos de *mestrado*. Isso gera ou impõe um caráter singular para tais cursos, já que o mestrado se apresenta como *terminal*, e não, como uma transição para estudos de nível mais alto, digamos, o doutoramento e até o pós-doutoramento. Assim, para nós, em sendo algo terminal, ele se vê obrigado a ter uma natureza mais sólida, mais extensa e mais exigente. Ao passo que, por exemplo, nos Estados Unidos, com uma tradição mais longa de ensino pós-graduado, o mestrado se tornou algo de caráter meramente propedêutico e secundário: a tal ponto que um matemático brasileiro que conhece bem essa situação costuma afirmar que naquele país os cursos de mestrado se “baratearam” tanto que há mestrado para todos os níveis de debilidade mental...

Mas, retomemos a questão da definição de objetivos: que pretendemos com um curso de pós-graduação (mestrado) em comunicação? Vamos subdividir esse questionamento geral em vários interrogantes menores a fim de sugerir ao mesmo tempo algumas perspectivas ou alternativas possíveis.

(a) Um curso desse tipo deveria estar voltado para a *formação de pesquisadores*? Seria essa realmente a nossa maior necessidade?

E no caso de tomarmos essa preocupação como meta principal, seria legítimo perguntar de imediato: pesquisadores na área de comunicação, porém com quais prioridades temáticas? Ou com quais concentrações em determinados problemas? Examinemos um exemplo para ilustrar a questão. Talvez por deformação ou por inclinação pessoal, quando olhei ontem aquela lista de temas aqui apresentada, pareceu-me estranho que não houvesse nada de estudos relativos à *persuasão*. (Apresto-me a advertir que não coloco esse problema de pesquisa no mesmo nível de preocupação dos publicitários e de outros manipuladores da consciência coletiva...) Poder-se-ia contestar que esse tema se acha incluído nos estudos sobre os efeitos da comunicação de massa. Mas o que estou querendo sugerir me parece ser algo mais amplo e que diz respeito às funções da comunicação na sociedade, particularmente na sociedade urbana e industrial. E existe aí todo um conjunto de problemas que incidiriam no âmbito da sociologia do conhecimento. (Coisas como, por exemplo, o fato de que até ao aparecimento da imprensa — não da imprensa no sentido de jornalismo, mas da imprensa em geral —, a comunicação se dava predominantemente na sua feição direta, de pessoa a pessoa. De modo que o tom da voz, o gesto, as intenções, o conteúdo de verdade e de engajamento que pudesse ter a mensagem de alguém eram captados mui diretamente no contato pessoal. Mas a partir do instante em que o homem moderno recebe sobretudo comunicações indiretas, quer escritas, quer anônimas etc., me parece que o seu teor de *persuasão* será necessariamente enorme para compensar a perda de dimensões a que leva forçosamente o novo processo comunicativo. Depois, por um lado, com todas as modificações históricas, políticas e culturais havidas particularmente a partir do Renascimento e da Reforma, e de modo especial com a Revolução Francesa e a revolução industrial, e, por outro lado, com toda a repercussão, sobre nossas concepções, da visão relativista do mundo e da verdade introduzida pela ciência e pela epistemologia contemporâneas, me parece então um tema apaixonante de investigação verificar todo o volume, o *quantum* de *persuasão* existente em qualquer comunicação escrita por exemplo (com sérias incidências sobre o problema do que constitui os nossos quadros de referência a partir da aceitação da inexistência de verdades absolutas). Não quero me estender mais sobre o assunto, mas entrevejo aí um tópico interessante de ser sublinhado na pesquisa em comunicação e geralmente muito desconhecido entre nós.

(b) Será que um dos objetivos centrais do curso de pós-graduação deveria ser o de *aperfeiçoar o nível de qualificação do corpo docente* das escolas de comunicação? Faz sentido estruturar um mestrado com esse objetivo? Isso não seria antes tarefa inerente à própria atividade do corpo docente dos cursos de graduação, através

A

de um questionar e um repensar permanente de sua programação (por meio de seminários e eventuais cursos de aperfeiçoamento?)

(c) Ou poderia ser a *melhoria de qualificação de profissionais empregados em setores técnico*<sup>s</sup>, de comunicadores que estão trabalhando nas diversas empresas que utilizam os seus serviços (rádio, TV, jornal, publicidade, relações públicas, *marketing* etc.)? Esse seria o objetivo bastante discutível dos que pretendem atrelar a Universidade ao mundo empresarial, reduzindo as suas funções à de mera preparadora de mão-de-obra...

(d) Ou, enfim, os cursos de pós-graduação em comunicação deveriam estar voltados para *orientar todos os esforços no sentido da elaboração de uma teoria crítica dos meios de comunicação de massa* e da cultura por eles veiculada? Evidentemente, isso deveria ocorrer dentro da perspectiva da formação de um pensamento brasileiro sobre o assunto. De passagem eu lembraria que talvez uma das funções latentes dos cursos de mestrado instalados no Brasil tenha sido a de reforçar a nossa dependência cultural ou situação periférica. É esse um fenômeno que se processa de modo quase inconsciente, pelo fato mesmo de que somos obrigados em grande parte muito mais a permanecer na situação de consumidores do que se produz fora (esquemas metodológicos, sistemas teóricos, quadros conceituais, resultados de pesquisas etc.), todo o acervo científico e cultural que importamos, já que é reduzida a nossa produção e muito pouco original ou autóctone. Nesse sentido, poderia ser então uma das vertentes ou inclinações dos cursos de mestrado em comunicação a de fazer carga em torno dessa tarefa de criar um pensamento crítico brasileiro acerca dos meios de comunicação de massa e dos padrões culturais que eles difundem.

## II. — *Inventariar os meios disponíveis e os recursos a acrescentar*

Uma vez definida uma política de pós-graduação e clarificados os objetivos a serem atingidos — fatos que não poderiam ser estabelecidos exclusivamente à base de cópia dos modelos atualmente existentes no Brasil: com efeito, numa tipologia sumária e superficial, os nossos mestrados nessa área se caracterizam o de Brasília, por estar voltado para os problemas de desenvolvimento, o do Rio de Janeiro, por sua preocupação com estudos de linguagem, semiologia etc., e o de São Paulo é bastante eclético para permitir uma definição —, repito, pois, uma vez estabelecida essa política e escolhidas as metas, restaria examinar alguns pontos de ordem prática que se situam ao nível de programação dos cursos.

Eu colocaria em primeiro lugar a pobreza de nossos recursos bibliográficos (documentos básicos, livros, fichários e sobretudo periódicos especializados): tais recursos são excessivamente reduzidos para permitir a realização de autênticos estudos de pós-graduação. Portanto, parece ser esta uma das carências fundamentais de nossos cursos e não só na área de comunicação; excetuando-se talvez aquelas áreas já de antes consideradas prioritárias e nas quais os investimentos foram bem maiores. No setor das ciências humanas, é mister reconhecer que o acervo de informações disponíveis se situa ao nível da indigência.

Outro problema que me parece sério e difícil de resolver reside no fato de que o *peçoal docente* de um curso de pós-graduação em comunicação deve apresentar formação bastante diversificada, isto é, para preencher aquele "conjunto vazio" a que me referi no começo ter-se-á que mobilizar especialistas de diversas áreas. Talvez uma solução razoável seja a de utilizar um sistema de funcionamento interdepartamental: o aluno pós-graduado tiraria créditos em diferentes departamentos (sobretudo quando uma estrutura como a da Universidade de Brasília permite esse intercâmbio mais facilmente), restando ao departamento de origem a tarefa fundamental de integração, isto é, o estabelecimento das linhas de convergência e de pontos referenciais que delimitem uma perspectiva comum.

Quanto à questão do *currículo* propriamente dito — natureza e número de disciplinas e atividades — eu não gostaria de tocar nesse assunto porque não se trata de minha área de competência. Eu só lembraria que a nível de pós-graduação não se trata de dar continuidade e aprofundamento às disciplinas técnicas estudadas na graduação, a menos que se decida que o objetivo central seja a terceira alternativa examinada acima, a saber, a formação de melhores comunicadores. Portanto, acredito que a carga deveria ser maior em disciplinas como: estatística, metodologia, semiologia, lingüística, filosofia, história, antropologia, sociologia, psicologia etc., ou seja, aqueles estudos que fornecem o instrumental analítico para o tratamento sistemático dos fenômenos comunicacionais.

Outro problema de ordem pragmática seria talvez a questão da *carga horária*. Temos o mau costume no Brasil de sempre que pensamos num curso o fazermos em termos de número de horas-aula. Parece-me no entanto que um curso de pós-graduação deveria dar mais autonomia ao estudante, deveria ter muito menos aula (no sentido tradicional) e muito mais estudo independente (embora voltado para a elaboração de trabalhos de síntese, de campo, de pesquisa etc.). Colocar o sujeito em contato com a realidade a fim de que esta o estimule a buscar os instrumentos conceituais analíticos de que ele necessita.

Finalmente, um último ponto de natureza também pragmática na organização dos cursos: o problema das *avaliações*. Este problema é encarado também de uma maneira bastante conservadora. Acredito podermos modificar radicalmente as formas tradicionais de avaliação do rendimento dos alunos (trabalhos, exames, teses etc.). Ao invés de o aluno ter que *provar* apenas que sabe conteúdos informativos, isto é, *reproduzir* aquilo que foi *dado* em aula, os professores poderiam exigir muito mais de si mesmos e dos alunos, criando um amplo clima de debate e de crítica, de modo que se verificasse muito mais a ampliação daquilo que se poderia chamar de sintaxe mental do estudante: a sua capacidade de imaginação, de criatividade, de objeção, de trazer coisas novas e diferentes, até mesmo em contraposição àquilo que foi apresentado nos cursos. O aluno deveria ser avaliado sobretudo por sua capacidade de não aceitar e superar aquilo que lhe foi ensinado...